



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680076 - CE (2021/0218445-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : CINTIA EVELINE DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO : CINTIA EVELINE DA SILVA PEREIRA - CE035216
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : EDVAN LOPES DOS SANTOS AZEVEDO
CORRÉU : EDIVANDA DE AZEVEDO (PRESO)
CORRÉU : KELVIN AZEVEDO LIMA
CORRÉU : FRANCISCO VICTOR AZEVEDO LIMA
CORRÉU : WANDESON DELFINO DE QUEIROZ
CORRÉU : JOSENIAS PAIVA DE ANDRADE LIMA
CORRÉU : JOAO PAULO DE OLIVEIRA CAMPELO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDVAN LOPES DOS SANTOS AZEVEDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (*Habeas Corpus* n. 0627649-14.2021.8.06.0000).

O paciente, denunciado pela prática em tese das infrações penais dispostas no art. 121, § 2º, IV, e no art. 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal, encontra-se preso preventivamente para a garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, haja vista a gravidade concreta dos crimes imputados, notadamente pelo *modus operandi* empregado na execução delitiva.

A impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo na formação de culpa do paciente. Aduz que a custódia cautelar, decretada em 18/12/2020, perdura até o presente momento sem que tenha sido designada a realização de audiência.

Requer, liminarmente, a liberdade provisória do paciente, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente